

As derrotas da Constituinte

Daniel Herz
 Escritor

Tudo indica que deverá transcorrer muito tempo até que se fixe uma nítida avaliação dos resultados da Assembleia Nacional Constituinte. Nas sombras desse debate dois vultos surgem com alguma nitidez: as distorções que a "lógica parlamentar" impõe à percepção da história pelos indivíduos e a dimensão ideológica da derrota sofrida na Constituinte pelos setores progressistas.

A lógica do parlamento, em primeiro lugar, abstrai que o processo eleitoral, num país como o Brasil, é marcado pelo abuso do poder econômico, pelo uso de máquinas partidárias e governamentais, ou simplesmente pela corrupção. Em segundo lugar, essa lógica sugere que — sendo o parlamento "representativo" — logo, as sínteses que dele resultam são sempre "sadias" e "aceitáveis".

Muitas expressões da esquerda e dos setores democráticos reconhecem o fenômeno. Mas a consciência do fenômeno não é suficiente para eliminar seus efeitos. E assim, dezenas de parlamentares — que se sabe comprometidos com os interesses das maiorias — recebem espaços na grande imprensa para explicar, diariamente: o que está sendo aprovado, "não é o ideal, mas é o possível".

O "possível" é uma palavra mágica muito usada para explicar os resultados da atividade parlamentar. O "possível" é algo etéreo e vago, que flui pelos corredores, ora como esperança, ora como ameaça. Mas as "possibilidades" quase nunca surgem como algo concreto, como expressão dos interesses reais de determinados segmentos sociais que se chocam na "vida real", até mesmo com violência.

"possível" materializa-se apenas através de "porta-vozes" e "representantes credenciados" que, polidamente, sentam-se à mesa para negociar.

Política é isso mesmo. É disputa e negociação. O problema é a política resumindo-se a uma estrela eminentemente "profissional".

Quando um parlamentar, na mesa de negociações diz "eu quero isso", falam simultaneamente duas vozes: a dos interesses externos que, naquele momento ele representa, e a sua própria voz de profissional da política, que é mais ou menos valorizada pela sua credibilidade pessoal, competência, autoridade "na casa", etc. São esses atributos pessoais dos parlamentares que conferem uma condição muito singular à instituição: um bom "advogado", muitas vezes, faz com que uma causa indefensável prospere. Faz, por exemplo, com que os interesses em causas antipopulares avancem muito mais do que se os próprios interessados as defendessem diretamente.

A mediação profissional, feita pelo parlamento domestica as contradições mais agudas e, muitas vezes, funciona como pretendia aquele personagem: "eu vim aqui para confundir e não para explicar". Nesse jogo, ganha quem joga politicamente e pretende fazer a história avançar apostando exclusivamente na "política parlamentar", quase sempre perde.

Os setores conservadores que arquitetaram a Nova República tentaram atribuir a essa Constituinte um lugar central no projeto de transição conservadora. E não foram bem sucedidos. A nova Constituinte está longe de poder cumprir o papel de estabilização institucional que o projeto conservador tentou lhe atribuir.

A Constituinte desviou-se, em muito, da política e transformouse em bazar de ofertas, em que se pechinhou — no varejo — todo tipo de interesse.

Um parlamentar, com aguda percepção, chegou a definir: "Temos uma Carta que é a soma de interesses particulares". Não há, de fato, nesta nova Constituinte um fio condutor, um projeto global para a sociedade — nem de direita e nem de esquerda. É uma colcha de retalhos, cada um diligentemente costurado por determinados "lobbies" e expressando interesses específicos de determinados segmentos, predominando interesse do grande capital.

O resultado desse processo é a nova Constituição não servirá de base para um "pacto social" que estabilize a vida do regime. A inviabilização desse projeto conservador, entretanto, nada tem a ver com a postura dos setores progressistas que não chegaram a contrapor um projeto global de sociedade e, de certa forma, também se ocuparam da disputa, no varejo, dos direitos de segmentos e setores sociais. É o que veremos a seguir.

O maior esforço para que a Constituição refletisse um projeto para o Brasil foi feito pelo que poderíamos chamar de uma direita modernizante aliada a certos setores liberais de centro e centro-esquerda. Esse pólo político, de corte conservador, bem que buscou uma Constituição que rompesse com certos atrasos crônicos da formação social brasileira pretendendo constituir uma hegemonia real sobre a sociedade, enfrentando os "elementos desagregadores do tecido social" e defendendo a tese da "viabilidade do Brasil potência no ano 2000". (Este artigo continua amanhã)

As derrotas da Constituinte (II)

Daniel Herz
 escritor

Essa direita modernizante (que tem no senador Carlos Chiarelli um de seus expoentes) e os setores liberais (nos quais se destaca o senador Mário Covas) não passaram de uma referência que formulou o que a Constituinte "pretendia ser" e foram marginalizados até mesmo dentro de seus próprios partidos.

Esse bloco conservador-modernizante foi atropelado pela ação dos "lobbies", pela truculência de certas articulações como a da UDR e pelo imediatismo a mesquinha de certas posições do Centrão. Desmoronou o sonho de alcançar uma Constituição que penetrasse no senso comum e mobilizasse as massas com um ideário burguês modernizante. E no dicionário do senso comum o verbebo Constituinte acabou adquirindo conteúdo bem distinto: local de corrupção, "lobbies" pressionando, compra de votos, pressões do executivo, pressões das Forças Armadas, sessões esvaziadas, altos salários, manobras, etc. Quase um sinônimo de desmoralização total da política. Enfim, a nova Constituição não conseguiu impor-se com respeito ao conjunto da sociedade.

Voto decidiu poucos pontos polêmicos

Não foi por falta de esforço. Na mesa de negociação de todos os temas havia unanimidade em torno de um ponto: ninguém queria comprometer-se

com uma Constituição arcaica. Havia também um horror pairando sobre todas as negociações: o de votar questões contraditórias em plenário. Poucos pontos de alta polêmica foram decididos no voto, como ocorreu com a Reforma Agrária, que acabou sendo eliminada. A grande maioria das contradições foi aninhada em acordos, com redações amenizadas, protelações, dissoluções de sentido e conciliações muitas vezes ridículas. O confronto em plenária era evitado, alegadamente, para evitar a predominância exclusiva de uma posição. Buscava-se sempre uma síntese, mesmo que fosse com puro formalismo. Quando a direita impedia o acesso à sala de algum direito, a esquerda negociava que, pelo menos, se deixasse uma porta entreaberta... e estava selado o acordo.

A direita modernizante aliada aos setores liberais foi derrotada. A nova constituinte não corporifica um "pacto social" que sensibilize as massas e que capacite o Brasil para integrar-se ao novo figurino imposto pelas economias-pólo do capitalismo mundial. Conforme essa perspectiva conservadora, não é deixando irresolvida a questão da terra e tabelando juros (com os votos do Centrão) que o Brasil vai credenciar-se como um país capitalista moderno e contemporâneo. Por outro lado, os setores progressistas, a esquerda em geral, além da inferioridade numérica, mostraram toda a sua desarticulação. E longe de confrontar as posições conservadoras com um projeto global de sociedade e mobilizações populares em torno desse projeto, postou-se defensivamente numa mera atitude de "resistência". Na maior parte das

questões que revelavam antagonismo de classe, a esquerda contentava-se em legitimar acordos em troca de "portas entreabertas" ou com frágeis indícios do que deveriam ser direitos fundamentais. Por isso, além da derrota política (que se expressa na inferioridade numérica na mesa de negociação e nas votações) os setores progressistas e democráticos então sofrem uma terrível derrota ideológica: estão diariamente ajudando a legitimar uma Constituição que será inútil porque não confronta os mais graves problemas que atingem a maioria da população.

Os progressistas ficaram na defensiva

Para justificar quase dois anos de trabalho parlamentar e centenas de assinaturas em acordos — geralmente difíceis de explicar para quem vê as coisas "de fora" — dedicadas expressões da esquerda ainda tentam desmintir o que a maioria da população está vendo: essa Constituição, no essencial, desconsidera as gravíssimas contradições que atravessam a nação. E, por isso, será uma Constituição inútil para fazer o país avançar em alguma direção. É uma Constituição com cheiro de novo, mas que amarra o país, e um projeto muito velho. Tudo isso é mesmo inútil: fora do aparato institucional especializado na mediação política, a vida real se impõe e as contradições e a disputa continuam. Essa Constituinte, assim como aconteceu a muitas leis e decretos neste país, tem tudo para "não pegar".